POLÍTICA DE PRIVACIDADE DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE PASSO FUNDO-RS

Alterada em : 02/05/2025

Passou a vigorar em: 16/02/2023

Luiz Juarez Nogueira de Azevedo, Oficial do Registro de Imóveis de Passo Fundo-RS, com o propósito de adequar este Ofício de Registro ao que determina a Lei n° 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, torna pública a presente Política de Privacidade, objetivando o tratamento de dados pessoais com transparência, segurança e eficácia, no intuito de cumprir suas finalidades públicas.

1. DO OBJETIVO

A presente política de privacidade objetiva estabelecer diretrizes acerca do tratamento dos dados pessoais, e divulgação dos procedimentos a serem adotados neste serviço de registro, com observância ao determinado pela Lei n° 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), Provimentos n°s 50/2018, 74/2018, 134/2022 e 149/2023, do Conselho Nacional de Justiça, e Provimento n° 08/2023 da Corregedoria Geral de Justiça do Rio Grande do Sul.

2. DA COLETA DOS DADOS PESSOAIS

2.1. A coleta dos dados pessoais e sensíveis, restrita ao necessário, é realizada por todos os meios lícitos, de forma eletrônica ou presencial, a fim de poderem ser executados os serviços solicitados pelo usuário. Sempre deverá atender aos requisitos legais, quando a utilização de dados pessoais ou sensíveis for necessária e indispensável ao desempenho das tarefas que lhe competem.

2.2. O usuário não é obrigado a fornecer números de telefone fixo ou celular no atendimento. Nessa hipótese, entretanto, ficará privado do recebimento de informações sobre o andamento de protocolos e impedido de possíveis contatos para resolução dos pedidos.

2.3. O usuário está obrigado a fornecer seu e-mail em cumprimento a determinação legal (Provimento 61/2017 do CNJ).

2.4. Os dados pessoais e/ou sensíveis, que vierem ao conhecimento deste Ofício, serão processados de forma legal, justa e transparente em relação a seus titulares.

3. TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS E SUA FINALIDADE

3.1. O tratamento de dados pode ser efetuado pessoalmente ou através do sistema informatizado utilizado em todas as etapas do processo registral, tais como acesso, recepção, classificação, utilização, modificação, eliminação, reprodução, transmissão, distribuição, processamento e arquivamento. Todos os dados armazenados são protegidos, de acordo com os Provimentos n°s 74/2018 e 134/2022, do CNJ, Provimento n° 08/2023, e Lei n° 13.709/ 2018 (LGPD).

3.2. O tratamento de dados pessoais e sensíveis, indispensáveis à prática de atos registrais e fornecimento de certidões e informações, nos limites dispostos na legislação aplicada à atividade registral, bem como às obrigações trabalhistas, é promovido de modo a atender sua finalidade pública, e a observância das atribuições legais e normativas do serviço.

3.3. O tratamento de dados pessoais para finalidades não previstas em lei será comunicado ao respectivo titular, para obtenção de seu consentimento, a fim de poderem ser utilizados para tratamentos e finalidades diversas.

3.4. Exemplificação das finalidades para as quais os dados pessoais podem ser utilizados pelo Cartório:

- Qualificação das partes em atos relativos de registros e averbações;
- Envio de notificações extrajudiciais;
- Remessa de intimações de alienação fiduciária;
- Recebimento e envio de documentos eletrônicos para fins de registros e averbações;
- Solicitação de atos e envio de certidões;
- Verificação de autenticidade de documentos e assinaturas digitais recebidos, como medida de prevenção de fraudes;

- Registro das transações financeiras e bancárias relativas aos serviços solicitados como meios de pagamento em geral;
- Emissão de notas fiscais;
- Emissão e envio de selo digital ao site do Tribunal de Justiça do RS;
- Emissão de declaração de operações imobiliárias (DOI) à Receita Federal;
- Emissão de declaração de operações ao SISCOAF, nos termos do Provimento nº 88/2019 do CNJ;
- Envio de informações referentes as mudanças na titularidade de imóveis, para fins de atualização cadastral às Prefeituras Municipais a que pertencem esta circunscrição registral.
- Envio de dados à Receita Federal;
- Envio de informações a órgãos públicos e centrais de serviços eletrônicos compartilhados em decorrência de previsão legal ou normativa, como por exemplo o SAEC;
- Gerenciar e responder às solicitações feitas pelos usuários, de acordo com os direitos dos titulares de dados, previstos no art. 18 e seguintes da LGPD.

3.5. Para possibilitar a execução dos serviços do Cartório, os dados pessoais serão tratados para:

- Registro no sistema de Ouvidoria por e-mail, telefone ou correspondência destinados ao atendimento direto ao público, para pedido de informações, reclamações, elogios, sugestões, dentre outros;
- Comunicação aos destinatários sobre a necessidade de pagamento de custas e emolumentos para os atos.

4. DO SITE DO CARTÓRIO

Para a navegação no site do Registro de Imóveis é essencial a concordância com sua Política de Privacidade. Os serviços elencados a seguir coletam dados pessoais dos interessados:

4.1. Pesquisa de Satisfação

O tratamento de dados pessoais, destinado às pesquisas de satisfação como: nome, telefone, e-mail, será promovido com a finalidade de obter informações objetivando a melhoria dos procedimentos e processos do Ofício, a fim de aprimorar a qualidade dos serviços prestados.

4.2. Fale Conosco

Os dados pessoais coletados no fale conosco, serão tratados com a finalidade de identificar, analisar e solucionar dúvidas, reclamações e pedidos dos usuários.

4.3. Cookies

Podem ser colocados pequenos arquivos de dados chamados "cookies" em seu computador.

Quando forem acessados os Serviços do Registro de Imóveis de Passo Fundo-RS, é enviado um "cookie da sessão" para o seu computador. Esse tipo de cookie ajuda a reconhecê-lo se visitar diversas páginas em nosso site durante a mesma sessão.

Depois que sair ou fechar o seu navegador, esse cookie irá expirar e deixará de ter efeito.

Com exceção dos serviços acima indicados, o site não solicita dados pessoais, devendo qualquer anormalidade ser denunciada no e-mail: (encarregado_lgpd@ripf.com.br).

O site do Registro de Imóveis de Passo Fundo-RS não faz propaganda de terceiros, e as operações e conteúdos de informações coletadas pelos navegadores de busca acessados para que o usuário ingresse no site deste Ofício estão fora de nosso controle.

Existem links no site que conduzem a outras páginas, fora dos serviços ofertados. Esses links são disponibilizados apenas para sua conveniência (facilidade de acesso). O conteúdo e operações desses sites não está sujeito ao nosso controle, e não apoiamos e/ou não nos responsabilizamos pelos conteúdos e material que possam ser encontrados nesses sites.

A utilização desses sites é de total responsabilidade do usuário. Não nos responsabilizamos por qualquer prejuízo, direto ou indireto, que possa surgir em virtude da utilização de nosso website ou de qualquer outro site com acesso por meio de hiperlink em nossa página da web.

5. DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUA FINALIDADE

O tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, destinado à prática dos atos registrais não necessita do consentimento específico de um dos pais ou responsável legal, por ter em vista o objetivo de cumprir atribuições legais e normativas do serviço de registro.

6. DA ELIMINAÇÃO E ARMAZENAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

6.1. O tratamento dos dados será mantido durante o tempo necessário à execução das atividades registrais, sendo que, nos livros oficiais, os dados serão preservados por tempo indeterminado, em cumprimento a suas finalidades, previstas na Lei n° 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos) e, nos demais documentos, pelo prazo previsto nos Provimentos n.°s 50/2015 e 88/2018 do CNJ.

6.2. Findo o prazo de manutenção e/ou necessidade legal, os dados pessoais serão excluídos, com utilização de métodos de descarte seguro, operados de forma anonimizada, para fins estatísticos.

6.3. Internamente, os dados pessoais coletados são acessados somente por profissionais devidamente autorizados, respeitando os princípios da proporcionalidade, necessidade e relevância.

6.4. O Registro de Imóveis de Passo Fundo-RS adota precauções, entre elas medidas administrativas, técnicas e físicas, para proteger toda e qualquer informação pessoal contra sua perda, roubo, uso indevido, bem como contra acesso não autorizado, divulgação, alteração e destruição.

7. DO COMPARTILHAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

Os dados coletados poderão ser compartilhados com parceiros deste Ofício, para as seguintes finalidades:

- Utilização de dados de pagamento de emolumentos realizados por meio de empresas processadoras de pagamento com as quais mantém convênios, unicamente para processamento de pagamentos;
- Por fornecedores de serviços sob contrato que colaboram com nossas operações (Sistemas da SKY Informática, Backup na Nuvem e Suporte TI). (Nossos contratos determinam que os fornecedores de serviço possam utilizar tais informações unicamente nos serviços que nos correspondem).

Os dados pessoais são compartilhados, por obrigação legal com:

- Receita Federal do Brasil (Declaração de Operações Imobiliárias);
- Secretaria do Patrimônio da União - Declaração sobre Operações Imobiliárias em Terrenos da União – DOITU;
- Prefeituras dos Municípios de Coxilha, Ernestina, Mato Castelhano, Passo Fundo e Pontão (atualização cadastral em virtude de transmissão de titularidade de imóveis);
- COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) - Nos termos do Provimento n. 88/2019 do CNJ;
- Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – SREI;
- ONR – Operador Nacional de Serviço Eletrônico de Imóveis;
- Centrais de serviços eletrônicos compartilhados em decorrência de previsão legal;
- Corregedoria Geral de Justiça;
- ARISP – Associação dos Registradores de Imóveis de São Paulo;
- Conselho Nacional de Justiça;
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
- Conselho Nacional de Defesa.

O Registro de Imóveis de Passo Fundo não compartilha dados pessoais por via gratuita ou comercial, salvo para observância de obrigações legais ou para cumprimento de determinação judicial ou de autoridade competente.

8. INDENTIFICAÇÃO DO CONTROLADOR

O controlador que, segundo a LGPD, é a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, suas finalidades e os meios do tratamento, é identificado como LUIZ JUAREZ NOGUEIRA DE AZEVEDO, Oficial do Registro de Imóveis de Passo Fundo-RS, com endereço na Rua Moron 1.186, térreo, Centro, em Passo Fundo-RS, telefone (54) 3313-5244.

9. IDENTIFICAÇÃO DO OPERADOR

O operador, segundo a LGPD, é quem realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador. Este poderá ser identificado pelos prestadores de serviços contratados pelo Registro, a fim de realizar processos inerentes aos serviços do Ofício ou para a efetiva gestão dos processos do Ofício.

Em caso de contratação para tais finalidade, o Ofício exigirá da empresa contratada a adoção dos meios técnicos necessários para garantir a observância dos princípios que regem o tratamento dos dados pessoais, especificados no art. 6° da LGPD.

10. DO ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O Encarregado de Proteção de Dados (DPO) nomeado pelo Controlador é:

- Altielis Carlos Delavy.
- Contato e-mail: **encarregado_lgpd@ripf.com.br**

11. DA SEGURANÇA DE SEUS DADOS PESSOAIS

Todas as informações e dados são armazenados com rigoroso controle de segurança e constante aperfeiçoamento das ferramentas tecnológicas de proteção.

O acesso às informações e dados coletados é restrito aos prepostos do controlador e a operadores no âmbito registral e administrativo.

O Registro de Imóveis de Passo Fundo-RS adota precauções, entre elas, práticas administrativas, técnicas e físicas, para proteger as suas informações pessoais contra perda, roubo e uso indevido, bem como para prevenir acessos não autorizados, divulgação, alteração e destruição.

Os dados pessoais coletados são acessados internamente apenas por profissionais devidamente autorizados, com respeito aos princípios da proporcionalidade, necessidade e relevância para os fins dos serviços prestados neste Registro.

12. DOS DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

O tratamento dos dados pessoais é efetuado de modo transparente, lícito e de boa-fé, de acordo com os artigos 6°, 7°, 11 e 14, da Lei n° 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

A LGPD garante ao titular dos dados pessoais os seguintes direitos:

- Confirmação da existência de tratamento de dados;
- Acesso aos dados que lhe correspondam;
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou quando tratados em desconformidade com o disposto na Lei;
- Eliminação dos dados pessoais tratados no âmbito e nos limites técnicos das atividades, salvo quando autorizada sua conservação para cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- Informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador possa ter compartilhado determinados dados;
- Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- Revogação do consentimento, nos termos do § 5° do art. 8° da Lei Federal n° 13.709/2018.

13. DA TRANFERÊNCIA INTERNACIONAL DOS DADOS PESSOAIS

Este Registro de Imóveis não realiza transferência internacional de dados pessoais.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As modificações na legislação e avanços tecnológicos podem determinar alterações de Política de Privacidade adotada, pelo que se recomenda consulta periódica a este Manual.